

Igreja e Política em Santa Catarina

Pe. José Artulino Besen
do Instituto Histórico e Geográfico de SC
Professor de História da Igreja

O relacionamento Igreja-Estado, em Santa Catarina, conheceu três fases distintas, que são as fases da história do Brasil: Colônia (1500-1822), Império (1822-1889), República (1889 ...).

Os dois primeiros períodos se caracterizaram pela estrutura do Padroado (colonial e imperial), sistema no qual não há separação entre as esferas política e religiosa, mas prevalece a íntima união entre Trono e Altar: o Trono defende e mantém o Altar que, por sua vez, defende e justifica o Trono. Cruz e Espada caminham juntas, num perfeito paralelismo jurídico. O missionário e o padre têm missão religiosa, é claro, mas devem fidelidade irrestrita ao Soberano. Muitas vezes, entre a fidelidade ao Evangelho, confrontada com o juramento de fidelidade à Coroa, o missionário se defrontava com três opções: optar pela Coroa, deixar a missão, ser profeta. Certamente a maioria preferiu renunciar à especificidade do Evangelho, tornando-se serviçal da Metrópole. Isto apareceu de modo mais doloroso no confronto com o sistema escravagista que primeiro destruiu o indígena e depois reduziu o negro à servidão. Foram poucos os profetas.

Neste artigo, pequeno e incompleto, pretendemos dar algumas notícias sobre o relacionamento entre Igreja e Política em Santa Catarina, o que significa falar da atitude da Igreja diante do Poder constituído em nosso Estado. Faremos isso respeitando as fases de nossa história.

I - A IGREJA NO MUNDO COLONIAL (1500-1822)

Santa Catarina era uma região periférica no sistema colonial português. Sua importância era mais estratégica, no sentido de proteger a costa sul contra os navios espanhóis que demandavam o Rio da Prata. Com população rarefeita, a região conheceu poucas fundações, de origem bandeirante: as vilas de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (1642), Nossa Senhora do Desterro (1673), Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1676). No século XVIII, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prazeres das Lagens (1766).

Por razões estratégicas, vê-se a necessidade de buscar alternativas para o povoamento da Capitania. Não poderia haver nem progresso nem segurança com tão poucas famílias. Um frade carmelita, Frei Agostinho DA TRINDADE, além do atendimento espiritual à população litorânea, preocupou-se com a carência populacional. Trabalhando no litoral catarinense entre os anos de 1714 e 1730, em 1728 vai à Corte de Lisboa pedir ao Rei, ou aos Ministros, que man-

dassem gente para povoar a região. Sem dúvida, a imigração dos casais açorianos de 1748-1756 tem nele um dos estimuladores. Mas Frei Agostinho deu também sua contribuição pessoal ao problema, gerando uma meia dúzia de filhos para o povoamento catarinense. O carmelita foi também a alma da criação da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro.

Em nosso mundo colonial, os padres eram poucos e pobres. Freguesias pequenas e carentes não lhes garantiam o pão. Viviam com o povo, vivendo suas carências e festas. Naturalmente que exerciam, por sua instrução e influência nas comunidades, um peso político forte.

Como funcionários públicos, deviam obediência às autoridades coloniais. O escritório paroquial era também o cartório público; os registros de Batismo, Casamento e Enteros eram documentos oficiais, aliás, os únicos dados demográficos do Brasil até a República.

Os sacerdotes viviam dentro da pesada burocracia portuguesa que pedia ofícios, protocolos, dispensas, proviões, declarações para os mínimos problemas. A falta de cera para as Missas era assunto para Ofício ao Governador...

Num regime de Cristandade, supunha-se por descontado que todos fossem católicos, razão para não haver um trabalho propriamente evangelizador. Bastava conservar a fé suposta em todos.

O AMOR AOS POBRES

No campo assistencial, duas personalidades devem ser citadas: a Beata Joana de Gusmão e o Irmão Joaquim do Livramento.

Joana DE GUSMÃO (1688-1780), nascida em Santos, era irmã de duas importantes personalidades brasileiras: o Pe. Alexandre de Gusmão, conhecido como o "padre-voador" por suas experiências com o aerostato e Alexandre de Gusmão, grande estadista, diplomata e secretário do rei Dom João V.

Viúva, Joana de Gusmão faz promessa de peregrinar pelo mundo difundindo a devoção ao Menino Deus, cuja imagem carregava sempre. Chegou à Lagoa da Conceição e depois se estabeleceu no sopé do Morro onde hoje se encontra o Hospital de caridade. Ali fixou residência, com outras companheiras, passando a viver como monja. Andava pelas ruas pedindo dinheiro para construir uma capela para o Menino Deus e fundou uma escola para crianças pobres. Por sua santidade e sabedoria, era visitada pelas pessoas importantes da cidade, que com ela vinham aconselhar-se. Morta aos 92 anos, seus despojos estão guardados na Capela do Menino Deus.

O Irmão Joaquim DO LIVRAMENTO (1761-1828), o "Vicente de Paulo" brasileiro, nasceu no Desterro e dedicou toda a sua vida aos pobres. Peregrinou pelo Brasil pedindo esmolas para a fundação e manutenção de obras que fundara: o Hospital de Caridade dos Pobres em Florianópolis, a Santa Casa de Porto Alegre, uma casa para meninos desvalidos em Salvador, uma em Jacuecanga no Rio de Janeiro, e outras em Itu e São Paulo. Morreu em Marselha, onde estava esmolando pelos pobres do Brasil.

Irmão Joaquim e a Beata Joana são os pioneiros no trabalho junto aos miseráveis em Santa Catarina, sendo também seus primeiros santos. Fazem parte dos beatos e eremitães que tanto bem fizeram ao Brasil na difusão da fé, da caridade e de devoções populares.

A INVASÃO ESPANHOLA

Em 1777, a Ilha de Santa Catarina passou por um grande susto: apesar de todas as fortalezas edificadas para protegê-la, sem que se disparasse um só tiro foi tomada pela expedição espanhola de Dom Pedro DE CEBALLOS. Ceballos pediu a bênção de Joana de Gusmão, depôs os párocos e nas Freguesias instalou sacerdotes espanhóis.

Um sacerdote, porém, ficou encantado com os espanhóis: o Pe. Domingos PEREIRA TELLES, ex-pároco de Nossa Senhora do Desterro, era desde 1750 vigário de Santo Antônio de Lisboa. Já de outras vezes, ficara encantado com o tratamento respeitoso e com a cordialidade dos comandantes espanhóis que aportavam à Ilha para o abastecimento dos navios. Quando estes tomaram Canasvieiras e Santo Antônio, julgou o momento propício para aderir à Coroa espanhola. Também achava que a poderosa Espanha nunca mais perderia a Ilha de Santa Catarina. Ceballos o recebeu com todas as honras e prometeu-lhe toda a proteção e distinção. Os padres portugueses, cuja maioria fugiu para o Rio, o olharam com desprezo.

Acontece que, no ano seguinte, com o tratado de Santo Ildefonso, Espanha e Portugal entram em acordo de fronteiras e a Ilha retorna aos portugueses. Pobre Pe. Telles: carregando mulher e filhos, foge para o Uruguai, no meio do desprezo dos ilhéus. Em São Carlos do Uruguai pede que os espanhóis cumpram o prometido com sua adesão, reclamando da pobreza e dos achaques da velhice. Escreve que aderiu deixando bons empregos e boas rendas e acabou na miséria, nela morrendo em 1784, aos 76 anos de idade.

UM MANEZINHO NA CORTE DE LISBOA

Outra personalidade identificada com a população foi o Pe. Lourenço Rodrigues DE ANDRADE (1762-1844), filho de imigrantes açorianos de Santo Antônio de Lisboa. Após os estudos no Rio de Janeiro, ordenado sacerdote, vem trabalhar na sua freguesia natal a partir de 1783.

Era professor de primeiras letras em sua paróquia e defendia a necessidade de novas administrações para o Brasil. Protestou vivamente contra o Alvará Régio de 5 de janeiro de 1785, que mandava extinguir as tecelagens no Brasil. O Alvará

teve como consequência da submissão da corte portuguesa ao im-

perialismo inglês, que queria manter o monopólio das manufaturas. A Inglaterra pretende que as Colônias exportem matéria prima e importem seus tecidos. O Brasil era colônia de Portugal e este, colônia da Inglaterra, de cujas manufaturas dependia vitalmente.

A Ilha de Santa Catarina possuía muitos teares para tecer algodão, conseguindo ser auto-suficiente em tecidos e até exportar. O Alvará foi um golpe para a economia familiar ilhoa, que passava a depender dos caros tecidos importados, quando podia produzi-los aqui mesmo.

Pe. Lourenço protesta e de então em diante só se vestia com tecidos de algodão produzidos na Ilha. Em 1821 foi eleito deputado às Cortes de Lisboa. Lá chegando, foi um custo ser recebido: endossando batina rústica de algodão, julgavam os portugueses que fosse um mendigo aproveitador. Sem documentos, a muito custo conseguiu convencer que era deputado brasileiro. Diz CABRAL que "o padre gostou muito do ambiente. Gostou tanto dele e dos debates em que nunca tomou parte que, quando se proclamou a Independência, não quis acreditar que aquela boa vida tivesse mesmo acabado - e ficou por lá, com mais alguns outros brasileiros deputados às Cortes, que não acreditaram na Independência... Afinal, os portugueses, que levavam a vida um pouco mais a sério, tiveram que mandá-lo embora, senão ele ficava!".

Regressando ao Brasil, retomou os trabalhos paroquiais em sua freguesia natal, quando, em 1826, foi escolhido por Dom Pedro I para Senador vitalício do Império. Foi para o Rio de Janeiro, lá falecendo em 1848.

II - A IGREJA NO PADROADO IMPERIAL (1822-1889)

O clero catarinense, como o brasileiro em geral, participou dos ideais da independência política. Quando esta aconteceu, em 7 de setembro de 1822, não se furtou de participar da vida política provincial (lembrar que Santa Catarina foi Capitania hereditária e Capitania na Colônia, Província no Império e é Estado na República).

Por sua formação e influência comunitária, estava habilitado a concorrer aos cargos públicos, a trabalhar na educação, fazendo grande figura os Padres-Mestres, pedagogos que assumiam ou fundavam escolas de retórica, de latim, belas artes, francês, etc. CABRAL acha que tinham outra vantagem: pelo fato de a votação ser feita nas casas paroquiais, onde funcionavam os Cartórios, não era difícil cabalar uns votos na hora da votação e depois, uns arranjos

no escrutínio... As eleições tinham início na casa paroquial e se encerravam na Matriz, com o TE DEUM.

A cada disputa eleitoral concorria significativo número de vigários. Nas eleições para a Assembléia Legislativa provincial de 1865, por exemplo, se inscreveram 8 sacerdotes: Francisco Pedro da Cunha, Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, Sebastião Antônio Martins, Francisco Luiz do Livramento, Joaquim Francisco Pereira Marçal, Benjamim Carvalho d'Oliveira, Bernardo Antônio da Silva, Manoel Júlio Carvalho. Conforme veremos a seguir, alguns sacerdo-

"O clima civil era influenciado pelo religioso, não havendo distinção entre a esfera religiosa e a civil"

tes venceram disputas em várias legislaturas. Eram os mais populares e influentes.

O clima civil era influenciado pelo religioso, não havendo distinção entre a esfera religiosa e a civil. Por tudo se dava graças a Deus e tudo levava a alguma celebração religiosa. O império português até estabelecia algumas festas religiosas que eram estafais e custeadas pelos cofres públicos, como a de Corpus Christi. Para toda ocasião, uma procissão, na qual aparecia com nitidez a estratificação social: a organização da procissão retratava a organização social.

Leia-se a Ata de final da apuração da eleição de 1865: "...observando-se fielmente em todo este processo d'apuração todas as formalidades da Lei, Decretos e Instrucções a respeito e deliberou que se mandasse extrahir as copias de que trata o artigo 88 da mesma Lei das eleições, dirigindo-se depois a Camara, Eleitores e mais cidadãos à Igreja matriz, a assistir ao solemne TE-DEUM em acção de graças por este motivo, findo este acto religioso a Camara voltou à sala de suas sessões..."

A militância política se resumia na tradicional oposição entre Liberais e Conservadores, cada um tendo seus chefes ou famílias tradicionais no comando, sementes das oligarquias posteriores.

Os dois grupos, Liberais e Conservadores, tomaram corpo a partir de 1845, quando os liberais receberam o nome de "judeus" e os conservadores de "cristãos". Partido Judeu x Partido Cristão. Sua origem é muito prosaica. Por ocasião da visita a Santa Catarina do Casal imperial, em 1845, quis-se embelezar a cidade do Desterro. A banca de pescado e as barraquinhas ficavam junto à atual Praça XV. Queriam tirá-las dali, mas surge o problema: permanecer ali ou levar para onde? Quis-se construir no local um Mercado Público. A discussão se tornou tão acirrada que de uma briga pela localização de barraquinhas nascem os dois grupos políticos catarinenses, irreconciliáveis, que dominaram a cena política no Império: os "judeus" e os "cristãos". A rixa se espalha pela Província, dividindo famílias e mobilizando autoridades de todos os níveis.

Os debates pela imprensa não se caracterizam pelo respeito. Duas personalidades são significativas nesses embates: Marcelino DUTRA (judeu) e o Pe. Joaquim GOMES DE OLIVEIRA E PAIVA (cristão). Veja alguns exemplos da delicadeza desse debate político. Primeiramente, Marcelino Dutra ataca o grande polemista e político Pe. Paiva, também conhecido como o "Padre Cantigas":

"Que, fraco no saber, forte na intriga, / Vulcão de asneiras, peçonhenta lava / Vomita impuro, o asno de uma figa?"

"Não adivinhas? É de raça brava / É o Cantiginhas, filho do Cantigas / Que de tal pai, tal filho se esperava".

Resposta do Pe. Paiva:

"Que lá no Ribeirão, gulosa abelha / Da taverna os copinhos namorava / Puxando, mandrião, da sota a orelha?"

"Não conheces? Pois é de casta brava, / Filho do bicho, genro do savella, / Que de tal pai, tal filho se esperava".

O "cristão" Pe. Paiva dedicou aos "judeus" um grande poema, do qual transcrevemos alguns versos, indicativos

de preconceitos pessoais, culturais e raciais. Faz da política provinciana um campo de batalha entre a Cruz e a Sinagoga:

"... Da batalha o campo é a Urna, / E a lista he a nossa espada, / - DEOS protege a Christandade - / Eis a divisa sagrada.

... Não troquemos nosso nome / Que he mais doce do que Amor: / Antes ser Christo vencido / Do que Judêo vencedor.

... Não queremos porém Mouros; / Ou bem Judêo ou Christão: / Quem quer ser ambas as cousas / Não he Gra-lha nem Pavão".

O "judeu" Marcelino Antônio Dutra não deixou por menos e na réplica destilou toda uma carga de veneno anticatólico:

"...Ha de acabar / O fanatismo / Que o barbarismo / Feroz inventa; / Deos nos sustenta / Grande e sublime; / Seu braço firme / Nos salvará.

Nem haverá / Embora queiras, / Novas fogueiras / Da inquisição. / Já lá se vão / Dos Torquemadas / Ensanguentadas / Carnificinas.

Dessas doutrinas / Tempo não é; / Autos de fé, / Queimas de gente, / O chumbo quente, / Os cavalletes, / Os torniquetes, / Tenazes, troncos;

De algozes broncos / Tratos sem fim, / O borzeguim, / Cunhas, garróchas, / E sambenitos / Forão proscriptos, / Tudo acabou".

A maior parte dos fatos políticos dá-se na Ilha pelo fato de ali estar instalado o poder provincial. E ali também, com exceções, estavam provisionados os sacerdotes mais influentes, dentre todos avultando o Arcipreste provincial, espécie de Vigário Geral do bispo, que morava no Rio de Janeiro. No Império, somente duas vezes tivemos visitas episcopais: em 1815 e em 1845. O Rio ficava muito longe.

O Planalto serrano, até por seu processo de fundação e povoamento, tinha mais ligação com São Paulo; era uma grande estância e caminho de vacarias.

A REPÚBLICA JULIANA

No dia 20 de julho de 1839 um fato marca a vida provincial: foi proclamada a República Juliana. Num protesto contra o centralismo imperial, fundara-se a República do Piratini para o Rio Grande e a Juliana para os catarinenses. A sede ficou sendo Laguna. Aqui lutavam Davi CANABARRO e José GARIBALDI, que tinha se unido com a valente Ana de Jesus, a heroína dos dois mundos Anita Garibaldi.

Para Presidente foi eleito o sãojosefense Coronel Joaquim Xavier NEVES. Como este ficou pelo Desterro, sendo depois cooptado pelas forças imperiais, assumiu o Vice-Presidente Pe. Vicente Ferreira dos Santos CORDEIRO, vigário de Enseada do Brito.

Inicialmente recebidos com festa, como libertadores, os revoltosos logo conquistaram a antipatia da população pelas suas atitudes de arrogância e violência, marcando profundamente o coração catarinense o terrível saque e massacre de Imaruí. Canabarro, promovido a general do Exército Catarinense, tornou-se um déspota, punindo violentamente qualquer crítica. A reação começa na própria Igreja matriz de Laguna, cujo vigário, Pe. Francisco Vilella DE ARAÚJO foi seviciado e barbaramente mutilado. Com todo esse requinte de crueldades e prepotência, a República é derrotada e extinta em 15 de novembro do mesmo ano.

Foram poucos os padres republicanos. Entre eles podemos citar o Pe. Manoel MIRANDA CRUZ, português de nascimento e vigário de Tijucas entre 1882 e 1890. Em 1887 funda e preside o *Clube Republicano de Tijucas*, depois tendo que fugir da paróquia pela revolta da população. A partir de 1895 passa a residir em Florianópolis, em 1902 abandonando o ministério sacerdotal e constituindo distinta família. Reconciliado com a Igreja, retorna ao ministério em 1917.

O Pe. Rafael FARACO, italiano, vigário de Garopaba de 1862 a 1917, onde gerou numerosa e respeitável prole, foi monarquista convicto, mas depois abraçou a causa republicana. Durante a Revolução Federalista de 1893-1894, que protestava contra o centralismo de Floriano PEIXOTO, aderiu a Moreira CÉSAR, déspota responsável pelo fusilamento de 185 catarinenses na Fortaleza do Anhatomirim. Infelizmente, Pe. Faraco prestou-se ao repelente papel de denunciar às tropas florianistas nomes de federalistas.

SACERDOTES POLÍTICOS

Foram 17 os padres que concorreram a eleições e obtiveram mandatos legislativos no período imperial, a maior parte sendo eleita diversas vezes. Como informação transcrevemos o nome de cada um, em ordem alfabética, e os anos da Legislatura entre parênteses. Dos mais significativos,

algumas notícias biográficas.

1 - *Antônio de Santa Pulquéria Mendes e Oliveira*. Vigário do Rio Vermelho de 1831 a 1867 (+), dedicou-se a pesquisas sobre a fauna marinha. (1862-1863).

2 - *Caetano d'Araújo Figueiredo Mendonça Furtado*. Foi capelão do Batalhão de

Caçadores de 1ª Linha, reformando-se como tenente. (1856-1857; 1858-1859).

3 - *Carlos Fernando Cardoso*. (1836-1882; 1868-1869).

4 - *Francisco Luiz do Livramento*. (1866-1867).

5 - *Francisco Pedro da Cunha Bittencourt*. Foi Cônego da Catedral de São Paulo e Cônego Honorário da Capela Imperial; colaborou na imprensa desterrense, nos jornais "A Revelação" e "Regeneração". Cavaleiro da Ordem de Cristo. (1832-1898; 1858-1859; 1864-1865; 1868-1869; 1878-1879)

6 - *Francisco Rodrigues Pereira*. (1835-1837).

7 - *João Rodrigues de Almeida*. Português, foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itajaí (1892-1894), escapando de ser fusilado por ser federalista. (1880-1881).

8 - *Joaquim Eloy de Medeiros*. Cônego da Capela Imperial, foi Diretor e Redator do Jornal "O Conciliador", Bibliotecário da Província, Diretor Geral da Instrução Pública de SC, Presidente da Província em 1889. (1870-1871; 1872-1873); (1894-1896: Presidente da Constituinte e da Legislatura; 1896-1897: dep. estadual).

9 - *Joaquim Francisco Pereira Marçal*. (1876-1877; 1878-1879).

10 - *Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva*. Fundou o Colégio "Belas Letras" no Desterro (1850) e o jornal "A Regeneração" (1852). Em 1845 Cavaleiro da Ordem de Cristo. (1844-1845 - suplente convocado; 1846-1847; 1848-1849; 1850-1851; 1852-1853; 1854-1855; 1856-1857; 1860-1861; 1864-1865; 1866-1867; 1868-1869).

11 - *José Evangelista Franco*. Natural de São Paulo, foi contratado para Capelão da 1ª Divisão da Cia. Aprendizes Marinheiros do Desterro. Ensinou, gratuitamente, as primeiras letras e a doutrina cristã aos presos da Cadeia Pública do Desterro. (1876-1877).

12 - *José Fabriciano Pereira Serpa*. (1844-1922; 1878-1879 - suplente convocado; 1880-1881).

13 - *Macário César d'Alexandria e Souza*. Baiano, foi Presidente da Câmara Municipal de São José, Cônego do Cabido da Catedral do RJ. (1858-1860).

14 - *Manoel João Luiz da Silva*. (1827-1911; 1858-1860 - suplente convocado).

15 - *Miguel Francisco Fernandes*. (1850-1851; 1856-1857).

16 - *Rafael Faraco*. (1874-1875; 1876-1877; 1878-1879). (1898-1900: dep. estadual).

17 - *Sebastião Antônio Martins*. (1866-1867).

III - A IGREJA E A REPÚBLICA (1889...)

A proclamação da República deu um grande susto na Igreja: sem que ninguém pedisse, em 1890 foi decretada a separação entre Igreja e Estado. Um enorme desafio para o Episcopado que, de uma hora para outra vê-se na emergência de criar estruturas próprias para a vida eclesial. Desafio porque, até ali, tudo estava incluído na vida do Estado, através do instituto do Padroado. Dom Macedo COSTA, arcebispo de Belém do Pará, saúda a liberdade de que a Igreja usufruirá, mas lamenta a separação, como se fosse possível distinguir as duas.

O primeiro trabalho da Igreja será feito através da busca da "influência", isto é, criar fatos e mecanismos que mostrassem ao governo que ele precisava da Igreja. Deste modo poderiam os bispos recuperar aquilo que lhes parecia tão vital: a educação religiosa escolar, a assistência aos militares, a indissolubilidade do matrimônio e a posse dos cemitérios eclesiásticos.

O trabalho será levado adiante, e com enorme competência, por Dom Sebastião LEME, arcebispo do Rio de Janeiro. Quando o Presidente WASHINGTON LUIS, para deixar o Catete, precisou sair no carro do Cardeal para ter assegurada sua integridade física, está demonstrando que a República somente se recuperará com o apoio moral da Igreja.

Getúlio VARGAS, que tinha a fé com a profundidade religiosa de um poste, percebeu isso e deu à Igreja o que ela queria: educação religiosa escolar, indissolubilidade do matrimônio, capelarias militares, cemitérios eclesiásticos. Evidente que para isso contribuiu a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), que indicou os candidatos da Igreja para a Constituinte de 1934 e elegeu a maioria favorável às suas teses.

Em Santa Catarina, uma série de políticos católicos sempre esteve do lado da Igreja, contribuindo decididamente para a criação do primeiro Bispado catarinense em 1908. Havia até o desejo de se fundar um Partido Católico, logo

*"Em Santa Catarina,
uma série de
políticos católicos
sempre esteve do
lado da Igreja"*

combatido por Dom Duarte LEOPOLDO E SILVA. Na década de 30 esse desejo reapareceu, com dois focos importantes: em Florianópolis com a pessoa de Frei Evaristo SCHÜRRMANN OFM e em Tubarão.

Creemos, porém, que até o final da década de 50, o relacionamento entre a Igreja e a política se dará entre três polos: Dom Joaquim Domingues DE OLIVEIRA (1878-1967), arcebispo de Florianópolis e Dom Daniel HOSTIN (1890-1973), bispo de Lages, os membros da oligarquia RAMOS e os da oligarquia KONDER.

Apenas chegado à Diocese de Florianópolis, em 1914, Dom Joaquim sentirá uma profunda afeição por Nereu de Oliveira RAMOS (1888-1958), político da estirpe serrana dos Ramos e que será determinante nos destinos de Santa Catarina. Ótimo jurista, Nereu Ramos estará sempre do lado de Dom Joaquim, chegando a ser chamado pelas más línguas de "bispo cinzento".

À oligarquia dos Ramos se oporá a dos Konder (Bornhausen), de Itajaí. Dom Joaquim nunca esconderá sua preferência pelo Partido dos Ramos, depois da Guerra de 45 o PSD, em prejuízo para os Konder, da UDN.

Nereu Ramos governará o Estado de 1935 a 1945, os últimos 8 anos como Interventor nomeado por Getúlio VARGAS. Crescerá a amizade entre o político e o arcebispo.

Como o berço dos Ramos é o Planalto serrano, onde dominarão a cena política, o primeiro bispo de Lages, Dom Daniel HOSTIN OFM, será seu aliado incondicional, menos nas oposições para salvar as aparências.

Em 1945 os dois grupos se identificam com Partidos políticos próprios: Partido Democrático Social (PSD), com os Ramos e União Democrática Nacional (UDN), com os Konder-Bornhausen. Os sacerdotes se dividirão nas preferências, mas, em linhas gerais, os padres de origem alemã, especialmente os do sul do Estado, serão religiosamente udenistas e os de origem lusa, pessedistas.

A política nacionalizante da Primeira Guerra (1914-1918), que fez Dom Joaquim colocar-se abertamente contra os imigrantes alemães, demitindo, em 1917, todos os diretores de escolas e colégios católicos alemães, isto é, deixando todas essas instituições ao desamparo, criou uma antipatia natural entre o bispo e os padres alemães, grandes e zelosos sacerdotes. O bispo não fica isento de mácula ao não se posicionar ao lado de seus sacerdotes, caluniados e perseguidos pela fúria anti-germânica. O mesmo aconteceu durante a segunda Guerra (1939-1945), deixando de interceder pela libertação de sacerdotes presos sob a ridícula acusação de serem quintas-colunas germânicas.

*"Revelam
claramente sua
preferência pelo
PSD e pelos Ramos"*

Dom Joaquim, português de nascimento e mais brasileiro que os brasileiros, não se conformava com o isolamento cultural das colônias italianas, polonesas e germânicas. Ficou muito im-

pressionado numa Visita Pastoral a Criciúma quando, em pleno 7 de setembro, assistiu a um desfile inédito: os escolares desfilarão carregando a bandeira do Reino da Itália, cantando o Hino italiano e dando vivas ao Rei Vitório Emanuel...

Neste campo, aliou-se decididamente ao programa de Nacionalização do Interventor Nereu Ramos: quem mora no Brasil é brasileiro. Dom Joaquim proibiu as pregações em língua não portuguesa, o que significou deixar muita gente sem entender nada do sermão, que antes era feito em diversos idiomas. Nereu Ramos foi radical em sua política: criaram-se verdadeiros campos de concentração para alemães e italianos, castigava-se quem era pego falando em outro idioma que o português com uma boa surra ou xaropada de óleo cru ou óleo de ricino. Os livros dos imigrantes foram queimados, vizinhos desconfiavam de vizinhos, raspavam-se nomes nas tumbas funerárias e abrasilaram-se sobrenomes (exemplos: Kuhn-Cunha, Selvi-Silva, Rosen-Rosa).

Tais atitudes de Dom Joaquim-Nereu, fizeram aumentar o apego de diversos sacerdotes à oligarquia Konder. O falecido Pe. Afonso REITZ, certa vez confidenciou aos

alunos no Seminário de Azambuja: *"Quando eu morrer, se, ao ir para o céu, encontrar o Nereu Ramos, dou meia volta e vou contente para o inferno!"*. (Creio ser o primeiro caso na história, de alguém que troque a felicidade eterna pelo castigo sem fim, em fidelidade a uma oligarquia).

*"Aliou-se
decididamente
ao programa de
Nacionalização do
interventor
Nereu Ramos"*

Pesquisando no Arquivo Histórico-Eclesiástico de Santa Catarina, da Arquidiocese de Florianópolis, encontrei um documento importantíssimo para comprovar a união Dom Joaquim-Nereu Ramos no processo de Nacionalização. O arcebispo não apenas aprova o processo como oferece sugestões concretas. É uma carta que choca pelos propósitos mas que, historicamente, é apenas um documento. Datada em 24 de janeiro de 1942, assim fala:

"... E porque estou e sempre estive de acordo, é que me permito trazer a V. Excia. um modesto esclarecimento, em caráter todo confidencial: o dos lugares, onde, na escola se aprende e se fala a língua nacional, mas onde, fora, todos, continuam a falar a língua estrangeira.

Admitido o fato, V. Excia. saberá os meios mais acertados de resolvê-lo. Eu, de mim, opinaria pela possibilidade de instalação, em certos meios de origem colonial, de "família" brasileira, honesta, em prédio próprio, do Estado, com modesto emprego, e que seria, por assim dizer, a posse oficial naquelas zonas. Pensaria, também, em professor, em prédio do Estado. É claro que não excludo (pelo contrário) o sexo feminino. Mas, nesse caso, hospedadas em residências de famílias, em que se fala a língua estrangeira, já trabalhando sob uma certa dependência. Isoladas também não poderiam ficar. Daí o pensar - fallo como quem não dispõe de autoridade - em professoras casadas. Este "núcleo nacional" dispensaria o a que acima me refiro.

Em alguns lugares, sugeriria a instalação dos próprios prédios escolares (creio que municipais) sob a fiscalização direta do Estado. Para, com mais algum dispêndio,

corresponderem à sua mesma finalidade e às altas intenções de V. Excia.

Ingenuidades de minha parte? Em tudo, V. Excia. queira ver, apenas, as intenções de quem, neste grato ensejo, se reitera

de V. Excia.

servo ato. em N. S. "

Dom Joaquim

Dom Daniel HOSTIN, bispo de Lages, vestiu a camisa pessedista. Foram pitorescas suas declarações de neutralidade política, que revelavam claramente sua preferência pelo PSD e pelos Ramos. Uma delas: *"O bispo não pode determinar nem o Partido nem o candidato. O máximo que ele pode fazer é orientar no sentido de conhecer a proposta do Partido e a plataforma do candidato. Quem decide é o eleitor"*. Em seguida, soltando uma bafurada de charuto, *"mas nós, enquanto não surgir algo melhor, ficaremos com nosso velho PSD"*. E, comentando a respeito de algumas personalidades: *"O sujeito é muito bom, muito honesto, irabalhador. Pena que o safado é da UDN!"*

Nas eleições para o governo, em 1950, Dom Joaquim posicionou-se favoravelmente ao candidato do PSD, o luterano Udo DEEKE. Acontece que a maioria dos sacerdotes apoiava o católico udenista Irineu BORNHAUSEN. Como o arcebispo andou enviando cartas sobre as excelências do candidato pessedista, os padres pediram-lhe também uma cartinha para Irineu. Meio constrangido, Dom Joaquim escreve a insípida declaração que *"não consta nada de nosso conhecimento que desabone o candidato da UDN"*. Acontece que Irineu venceu as eleições e criou-se um clima constrangedor. O arcebispo teve de encontrar intermediários que o colocassem de bem com o novo Governador, o que de fato aconteceu.

Em 1958 um acidente aéreo vítima o Senador Nereu RAMOS, o Governador udenista Jorge LACERDA e o deputado Leoberto LEAL. Na Missa de corpo presente, Dom Joaquim demonstrava-se transido pela dor da perda do grande amigo. Falava apenas em Nereu Ramos, quando alguém fê-lo ver que havia também o cadáver do Governador...

Concluindo esses dados, pode-se dizer que o relacionamento Igreja e política em Santa Catarina, no primeiro período republicano se caracterizou por movimentar-se ao redor do poder e de opções por uma das oligarquias catarienses. Tudo era mais ou menos discreto, porém, tudo muito claro.

OS SACERDOTES

Nosso Estado tinha apenas pequenas comunidades, na maioria rurais. Isso tornava difícil ao padre esconder seus sentimentos. Felizmente essas comunidades tinham opções partidárias bem definidas, o que tornava os conflitos menores. Num mundo pequeno, onde foguetes e vaias expressavam os sentimentos políticos e o sacerdote ocupava um lugar de destaque na vida comunitária, os conflitos eram menores. Havia, é claro, padre que negava a absolvição a penitentes que não votassem com ele, especialmente as Filhas de Maria, e padres que participavam de comícios de candidatos da oposição apenas para dizer que estavam mentindo. Disso se pode falar pouco, pois muitos ainda vivem e

trabalham. O mais simpático era quando Vigário e Coadjutor rezavam por cartilhas diferentes...

Não esquecer os ressentimentos pessoais entre as comunidades de imigração e as "brasileiras". São coisas de nossa história.

Na República, foram poucos os sacerdotes que concorreram a cargos políticos, pois nesse campo os bispos eram claros na proibição. Estamos diante dos frutos da romanização, que tendeu a encerrar os padres nas sacristias, diante das lembranças pouco positivas dos padres políticos do Império. A Igreja quer ter bem claro que sua missão é exclusivamente religiosa.

Candidataram-se na República os Pes. Joaquim Eloy DE MEDEIROS e Rafael FARACO (cf supra). Mas eram sacerdotes casados, o primeiro não exercendo mais o ministério sacerdotal.

Depois, podemos citar Mons. João Nepomuceno MANFREDO LEITE, grande orador, que se transferiu para São Paulo e que foi deputado ao Congresso Representativo do Estado em 1907-1909. O Cônego Tomaz Adalberto da Silva FONTES, itajaiense residindo no Rio de Janeiro, foi eleito deputado à Câmara dos deputados por Santa Catarina, à Assembléia Nacional Constituinte (1946), e à 1ª Legislatura (1946-1950).

Outros tentaram sair como candidatos, mas seus desejos foram abortados pela posição firme de Dom Joaquim, Dom Daniel e Dom Pio de FREITAS, este, o asceta e santo bispo de Joinville.

Mons. Pascoal Gomes LIBRELOTTO, gaúcho incardinado nas dioceses de Florianópolis e de Lages, bem que tentou, mas não conseguiu permissão. Foi-lhe autorizado ocupar cargos públicos, sendo Secretário de Educação de SC (1955-1956) e Ministro e Juiz do Tribunal de Contas do Estado de SC (1956-1960).

NOVO ENFOQUE DA POLÍTICA

A partir da década de 60, paulatinamente vai-se transformando o enfoque político: deixa de ser oposição ou apoio ao *status quo* para sempre mais ser apoio ao *status populi*. A Ação Católica vai organizar-se no meio estudantil, operário e rural (JEC, JOC, JAC), levando à conscientização frente à injustiça social. Formaram-se muitas lideranças. Infelizmente o Golpe militar de 31 de março de 1964 interrompeu o processo. Qualquer oposição foi proibida, qualquer oposição foi vista como comunismo e subversão, palavras mágicas para a época repressiva.

Com os novos ares do Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965), e principalmente após a Conferência de Medellín (1968) e mais ainda com a de Puebla (1979), o trabalho social vai deixando de ter a mentalidade desenvolvimentista para adquirir o caráter transformador. O sofrimento do povo não é fruto apenas de eventuais injustiças, mas de uma estrutura social e política que a ela conduz, necessariamente.

A Igreja se organiza nas Comunidades Eclesiais de Base, nas Comissões de Justiça e Paz, nos Movimentos Populares (Movimento dos Sem Terra, dos Sem Teto, das Mulheres, dos Marginalizados, etc), nas periferias. A política se desloca do eixo puramente partidário para situar-se no eixo da justiça social. O Partido dos Trabalhadores (PT) é o estuário aonde converge o novo espírito. Aqui se destaca o

trabalho da Diocese de Chapecó com o bispo Dom José GOMES, o trabalho do Pe. Wilson GROH nas periferias de Florianópolis, e tantos outros trabalhos que demandam um outro artigo. Outro artigo também demanda, por certo, o período da repressão, especialmente entre 1964 e 1975.

CONCLUSÃO

De uma situação de união Igreja-Estado, passando pela situação de Igreja-influindo-no-Estado, estamos no momento da Igreja-com-o-povo. Da busca de favores se passa para a busca da justiça. A história caminha devagar, mas caminha sempre. Nela a Igreja se defronta com situações novas e assume novas posições. Na imitação do Senhor encontrará sempre o desafio de estar ao lado dos pobres, dos preferidos de Deus.

BIBLIOGRAFIA:

Arquivo Histórico e Eclesiástico de Santa Catarina, da Arquidiocese de Florianópolis.

BESEN, José Arturino: O Clero catarinense (1500-1983). 3 volumes. Inédito.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues: História de Santa Catarina. Editora Laudes, Rio de Janeiro, 1970. 2ª edição.

PIAZZA, Valter F.: Santa Catarina: sua História. Editora da UFSC, Editora Lunardelli. Florianópolis, 1983.

Id, Valter F. (organizador): Dicionário político catarinense. Edição da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1985.

Id, Valter F.: O Poder legislativo Catarinense, das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Edição da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.

Endereço do Autor:

*Casa Paroquial da Catedral
Rua: Arcipreste Patva, 70
88010-530 FLORIANÓPOLIS, SC*

História e Igreja

Anjos da Providência nas Colônias Italianas em S.C.

Notas sobre Pe. Ganarini e Pe. Cybeo SJ

*Roselys Izabel C. dos Santos
Prof. aposent. de História na UFSC*

A História da Igreja em Santa Catarina está intimamente ligada ao movimento migratório de fins do século passado e inícios deste. Para atender às necessidades espirituais dos imigrantes, inúmeras congregações religiosas masculinas e femininas se estabeleceram neste Estado introduzindo práticas religiosas de um catolicismo renovado em contraste com a religiosidade tradicional luso-brasileira¹. É significativa a atuação do clero nas áreas de colonização, onde prestaram relevantes serviços na formação das comunidades. Sua atuação extrapolava o campo especificamente religioso: socorriam os colonos em suas necessidades humanas no que diz respeito à saúde, educação, economia, comunicação, etc. Os núcleos coloniais e as comunidades formaram-se em torno da Igreja, tendo o padre, ou o pastor em se tratando de comunidades evangélicas, como centro e animador.

Há 120 anos iniciou-se em todo o sul do Brasil, a partir de São Paulo, um novo processo de colonização, agora com imigrantes provenientes da Itália do Norte e do Trentino, sob o domínio da Áustria. Decorrencia de um contrato entre Joaquim Caetano PINTO Jr. e o Império Brasileiro, a

grande imigração italiana, no caso de Santa Catarina, foi destinada à ocupação de áreas periféricas de colônias alemãs nos vales do Itajaí-Mirim e Açu e, posteriormente, para a colonização dos vales do Rio das Pedras Grandes e Tubarão, no sul da Província.

Camponeses na sua grande maioria, vivendo em precárias condições na pátria de origem, vieram para a América, em busca de melhor sorte, em busca de uma "terra de promissão", conforme lhes prometiam os agentes de Caetano PINTO.

A decepção não se fez demorar. Pois as áreas que lhes foram destinadas, longe estavam do sonho acalentado por dias melhores. Apesar de tudo, a terra era sua e a ela deram toda a força de trabalho para conquistá-la. Nem todos conseguiram vencer os desafios iniciais do processo colonizador. Muitos desistiram retornando à terra de origem ou emigrando para outros países da América Latina, principalmente Argentina. Os que ficaram lançaram-se com abnegação à árdua tarefa de dominar o espaço, implantando uma agricultura de subsistência, buscando sempre a melhoria de sua condição de vida. Tarefa penosa, sobretudo porque o "novo mundo" era muito diferente do seu espaço original.